

**P O D E R   J U D I C I Á R I O**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

<b>SENTENÇA</b>
-----------------

Processo nº:	<b>1008656-84.2017.8.26.0566</b>
Classe - Assunto	<b>Procedimento Comum - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo</b>
Requerente:	<b>Maria Marques Gianotti e outros</b>
Requerido:	<b>Jandira de Moraes da Silva e outro</b>

**MARIA MARQUES GIANOTTI E OUTROS** ajuizou ação contra **JANDIRA DE MORAIS DA SILVA E OUTRO**, pedindo a condenação ao pagamento da quota-parte correspondente ao quinhão na locação de imóvel em comunhão, cuja locação é administrada pelas rés, desde novembro de 2016.

Citadas, as rés contestaram o pedido no tocante ao valor da locação e afirmaram a existência de dívida em IPTU.

Manifestaram-se os autores.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

O imóvel está alugado pelo valor mensal de R\$ 624,00, competindo aos autores a parcela de R\$ 273,00 (fls. 122).

Segundo o contrato em vigor, aos locatário incumbe o pagamento dos tributos municipais incidentes sobre o imóvel (fls. 147, cláusula 24ª). Sem razão pretender a contestante a dedução do valor.

Não importa discutir se a ré resiste ao pagamento. Fato é que não repassou aos autores sua quota-parte.

Diante do exposto, **acolho o pedido** e condeno as rés a pagarem para os autores o valor correspondente à quota-parte no resultado da locação do imóvel, do valor nominal de R\$ 273,00, desde o aluguel vencido em novembro de 2016, com correção monetária e juros moratórios à taxa legal.

## PODER JUDICIÁRIO



### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS


Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Condeno as rés ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios fixados em 15% sobre o pequeno valor resultante da condenação.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 16 de janeiro de 2018.

  
**Carlos Castilho Aguiar França**  
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME  
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**